



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681812 - SP (2021/0228893-2)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : ROGERIO CHAPINI E OUTRO
ADVOGADOS : MELISSA HERMENEGILDA DE GODOY - SP229150
ROGERIO CHAPINI - SP355582
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCCAS CASTRO SIMOES DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : GIAN LUCAS MENDES RONCADOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCCAS CASTRO SIMOES DA SILVA e GIAN LUCAS MENDES RONCADOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2112987-13.2021.8.26.0000).

Infere-se dos autos que os pacientes foram sentenciados "*como incurso no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06, à pena de 05 anos de reclusão, em regime inicial fechado*" (fl. 11).

O impetrante sustenta que os pacientes sofrem constrangimento ilegal em razão de nulidades existentes no processo: incompetência do juízo e a inobservância da prova juntada que comprovaria a atuação ilegal dos policiais.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para reconhecer a nulidade do processo ou da sentença.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

HABEAS CORPUS Tráfico de drogas Pleito de anulação da sentença, em razão de diversas nulidades alegadas Não verificada patente ilegalidade Precedentes Questões, ademais, que demandam análise do conjunto probatório, que não pode ser procedida por esta estreita via Recurso de apelação já interposto pela defesa, em trâmite perante este E. Tribunal - Inexistência de constrangimento ilegal - Ordem denegada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência